
Roteiro de perguntas sobre o FDNE

Relatório - Meta 3



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



2025

A decorative graphic in the bottom left corner featuring several overlapping green and white curved shapes, resembling stylized leaves or abstract brushstrokes, with small brown dots scattered around.

Expediente

Presidência da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Antônio Waldez Góes da Silva

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Danilo Jorge de Barros Cabral

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Álvaro Silva Ribeiro

Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação

José Farias Gomes Filho

Coordenação de Avaliação e Estudos

Gabriela Isabel Limoeiro Alves Nascimento

Equipe Técnica

Diana Dias Sampaio

Marina Rogério de Melo Barbosa

Miguel Vieira Araújo

José Amauri do Nascimento Silva

José Luís Alonso da Silva

Universidade Federal do Ceará

Custódio Luís Silva de Almeida

Reitor

Diana Cristina Silva de Azevedo

Vice Reitora

Departamento de Economia Aplicada

Guilherme Irffi

Chefe do Departamento

Glauber Nojosa

Subchefe do Departamento

Projeto

Análises sobre a implantação dos empreendimentos apoiados pelo FDNE sobre o emprego, renda, produto e indicadores sociais dos municípios da área de atuação da Sudene.

Coordenador Geral do Projeto

Guilherme Irffi

Expediente

Pesquisadores

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi

Diego Rafael Fonseca Carneiro

Edward Martins Costa

Erivelton de Souza Nunes

Felipe de Sousa Bastos

Maitê Rimekká Shirasu

Assistentes de Pesquisa

Antônio Victor Felix

Maria Odalice Sampaio

Maria Vanessa Andrade Silva

Marleton Souza Braz

Pedro Alexandre Veloso

Wendel Mendes Ferreira

Escrita do Relatório

Guilherme Irffi

Diego Carneiro

Leitura crítica

Diego Rafael Fonseca Carneiro

Erivelton de Souza Nunes

Felipe Sousa Bastos

Guilherme Irffi

Hermelino Nepomuceno de Souza

Financiamento

TED n° 11/2023, Sudene - UFC

Lista de Siglas

BB	Banco do Brasil
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEF	Caixa Econômica Federal
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDCO	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LOA	Lei Orçamentária Anual
MIDR	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
PRDNE	Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste
RAP	Restos a Pagar
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

1 Introdução

O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), instrumento de financiamento vinculado à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), tem como missão apoiar empreendimentos estruturantes capazes de promover a dinamização econômica e a redução das desigualdades regionais na área de atuação da autarquia. Criado a partir da Lei Complementar nº 112/2001 e regulamentado por diversos marcos normativos ao longo das últimas duas décadas, o FDNE se insere no conjunto de instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), constituindo-se como um vetor estratégico para a indução de investimentos de médio e grande porte em setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional, tais como energia, infraestrutura logística e inovação tecnológica.

Apesar de sua importância institucional, o funcionamento do FDNE ainda apresenta aspectos pouco transparentes ou insuficientemente compreendidos por parte dos agentes públicos e da sociedade civil. A escassez de dados detalhados sobre a governança do fundo, a dinâmica de operacionalização dos financiamentos, os critérios de elegibilidade dos projetos e os resultados efetivos das aplicações realizadas impõe obstáculos à realização de avaliações rigorosas sobre sua eficácia e efetividade. Soma-se a isso o fato de que a financeirização do fundo, implementada nos últimos anos, alterou significativamente sua lógica orçamentária e sua relação com os operadores financeiros, exigindo um novo entendimento sobre suas capacidades e limitações operacionais.

Nesse contexto, a Meta 3 do projeto de pesquisa financiado por meio do TED nº 11/2023 entre a Sudene e a Universidade Federal do Ceará (UFC) tem como objetivo central contribuir para a construção de um arcabouço avaliativo robusto, baseado em evidências empíricas, que permita mensurar os efeitos do FDNE sobre indicadores econômicos e sociais dos municípios nordestinos. Para tanto, buscou-se, nesta etapa, mapear os principais fluxos institucionais e operacionais do fundo, por meio da elaboração de um roteiro estruturado de perguntas direcionadas a representantes da Sudene, do Ministério da Integração e do

Desenvolvimento Regional (MIDR), e dos bancos operadores (BNB, BB, CEF, BDMG e Sicredi), além da realização de entrevistas semiestruturadas com técnicos e gestores diretamente envolvidos na gestão ou na execução do fundo.

O roteiro de perguntas, apresentado neste relatório, foi elaborado a partir de uma análise documental abrangente dos instrumentos normativos que regem o FDNE, das informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos institucionais da Sudene e do MIDR, bem como de experiências anteriores da equipe de pesquisa na análise de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. As questões abordam desde aspectos macroinstitucionais — como a ausência de aprovação formal dos Planos Regionais de Desenvolvimento (PRDNE) — até questões operacionais e financeiras específicas, como o uso de debêntures, os critérios de empenho e liquidação, a execução orçamentária dos recursos, a inadimplência dos financiamentos e a compatibilidade dos projetos com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A sistematização das respostas e a análise qualitativa das entrevistas foram conduzidas com o apoio do software IRAMUTEQ, que permitiu identificar padrões vocabulares, relações de similitude semântica e núcleos temáticos emergentes nas falas dos entrevistados. O material colhido, por sua vez, fornece subsídios fundamentais para o aprimoramento do modelo de avaliação de impacto em construção e para a proposição de recomendações voltadas ao aperfeiçoamento da governança, da transparência e da efetividade do FDNE enquanto política pública de desenvolvimento regional.

Com isso, esta introdução apresenta os fundamentos, os objetivos e a metodologia adotada nesta etapa do trabalho, destacando a relevância do aprofundamento institucional e empírico sobre o FDNE para a qualificação das políticas regionais e para o fortalecimento da atuação da Sudene no enfrentamento das desigualdades estruturais que ainda marcam o espaço nordestino.

2 Roteiro de Entrevistas

Com base na revisão normativa e institucional do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), bem como nas lacunas identificadas quanto à transparência de informações, ao funcionamento orçamentário e à lógica de seleção e acompanhamento dos empreendimentos financiados, elaborou-se um roteiro estruturado de perguntas direcionadas aos principais atores envolvidos na gestão e operação do fundo.

O Quadro 1 a seguir sistematiza esse roteiro, organizado em forma de itens temáticos que orientaram a realização das entrevistas com representantes da Sudene, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e dos operadores financeiros do fundo, a saber: Banco do Nordeste (BNB), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e Sicredi.

As perguntas abordam aspectos centrais para a compreensão do funcionamento do FDNE, como a governança institucional, a execução orçamentária, os mecanismos de financiamento (inclusive por meio de debêntures), a gestão de restos a pagar, os critérios de priorização de projetos, a relação com os operadores financeiros, a integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A estrutura do quadro indica, para cada questão, os interlocutores institucionais considerados mais adequados para respondê-la, a fim de garantir uma coleta de dados mais precisa, articulada e aderente à complexidade da operação do fundo. Este roteiro serviu como base para as entrevistas semiestruturadas conduzidas pela equipe de pesquisa e constitui um dos principais produtos metodológicos da Meta 3, funcionando como insumo para aprofundar a análise institucional e orientar futuras etapas da avaliação do FDNE.

Quadro 1 - Roteiro de perguntas sobre os recursos financeiros do FDNE.

Item	Questionamentos	Interlocutor
1	Por que nenhum PRDNE virou lei? Quais as repercussões disso?	MIDR, Sudene
2	Como funciona exatamente a questão das debêntures no processo de concessão do financiamento do FDNE? Ainda podem ser utilizadas?	Sudene, MIDR, BNB, BB, CEF, BDMG
	Há alguma debênture vigente proveniente dos processos de concessão de financiamento do FDNE?	Sudene, MIDR, BNB, BB, CEF, BDMG
3	O que aconteceu com os recursos que foram empenhados e liquidados no início da implementação do FDNE? Mais especificamente durante o período de 2001-2006.	Sudene, BNB
4	Com a financeirização do fundo, o que mudou em relação a execução orçamentária do fundo?	Sudene, MIDR, BNB, BB, CEF, BDMG
5	Com a financeirização, os recursos da LOA não vão mais para a conta única e sim para uma subconta que integrará o patrimônio do FDNE. Sendo assim, gostaríamos de saber se esta informação está correta e como funciona?	Sudene e MIDR
6	Qual a relação operacional entre o orçamento consignado na LOA e o patrimônio do FDNE?	Sudene e MIDR
7	Qual o patrimônio do FDNE? Essa informação é pública? Onde podemos encontrar?	Sudene
8	Os valores inscritos em restos a pagar são vinculados a algum projeto específico?	Sudene, BB, BNB, CEF, BDMG
9	Quais os motivos para o cancelamento dos valores inscritos em restos a pagar? Observa-se que os valores pagos são bem próximos aos valores cancelados	Sudene
10	A reversão dos saldos anuais empenhados e não aplicados entram no orçamento do próximo exercício? Ou seria um RAP sem prazo de vigência?	Sudene
11	O empenho feito em favor do operador de crédito já tem projeto alinhado?	Sudene

12	Qual o prazo para vencimento do RAP?	Sudene
13	Ao analisar os documentos disponíveis sobre o FDNE, não foi encontrada nenhuma informação sobre a inadimplência do fundo. Sendo assim, gostaríamos de saber se: a) Existem empreendimentos inadimplentes? b) Qual a taxa de inadimplência? Importante destacar que é preciso discutir este tema, antes e após o processo de financeirização do Fundo.	Sudene, BB, BNB, CEF, BDMG
14	Eu gostaria de saber sobre a relação da Sudene com os operadores financeiros do Fundo no sentido de captação e apresentação de projetos para financiamento com recursos do FDNE. Existe algum direcionamento em termos de atuação e a carteira de cliente do operador? Me diga em termos de atuação por área prioritária, existe diretriz para o tipo de projeto ou funciona conforme a demanda?	Sudene, BB, BNB, CEF, BDMG, Sicredi
15	Analisando os empréstimos do Fundo, observamos que o BNB (e, mais recentemente o BB) possui uma carteira voltada para empreendimentos de geração de energia eólica, fotovoltaica e termelétrica e transmissão de energia. Qual o motivo de apoiar este tipo de empreendimento?	Sudene, BNB e BB
16	Segundo o artigo 5º do Decreto nº 7.838/2012, do repasse dos recursos do Tesouro Nacional são dedutíveis: I - as parcelas equivalentes às opções de incentivo fiscal, relativas ao IRPJ, exercidas pelas empresas. Diante disso, é importante saber se isso se verifica na prática, ou seja, há uma redução de repasses orçamentários para o FDNE por parte da União em função do maior volume de concessão de incentivos fiscais pela Sudene?	Sudene, MIDR

17	De forma geral, qual o critério de priorização dos empreendimentos que se candidatam para receber recursos do FDNE? Além dos mandamentos legais, a geração de emprego e investimento total são consideradas na ordem de prioridades? Essas informações são solicitadas as empresas na fase de projeto, assim como nos incentivos fiscais?	Sudene
18	Para várias das empresas participantes do FDNE (consultas prévias e projetos, deferidos ou indeferidos) não foi possível encontrar nos relatórios online o número do CNPJ. Mesmo que essa informação seja de certa forma pública, não sabemos se quem de fato assinou o projeto foi a matriz ou uma filial. Além disso, em alguns casos não se tem a participação dos recursos próprios e de outros recursos no valor total do investimento. Esses dados poderiam ser disponibilizados por completo?	Sudene
19	De que forma as metas estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030) são incorporadas no planejamento das políticas e dos planos de ação? Costuma-se de alguma forma verificar o grau de conformidade dos projetos do FDNE em relação a estas metas?	Sudene, BB, BNB, BDMG, CEF

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 Análise das Entrevistas

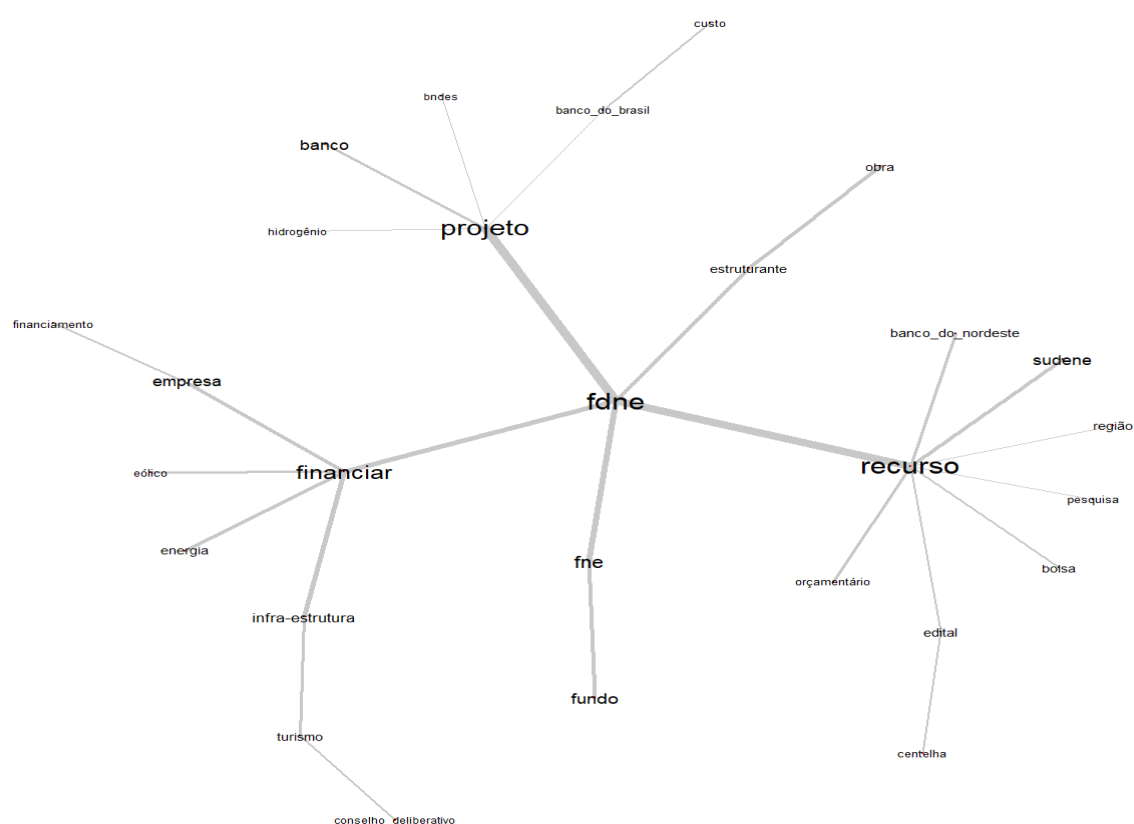
Foram realizadas entrevistas com agentes do Banco do Nordeste, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com moderação dos pesquisadores Guilherme Irffi, Diego Carneiro e Edward Costa. As conversas concentram-se principalmente na atuação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e na atuação da Sudene.

Ressalta-se que além desse relatório, diversos esclarecimentos trazidos pelos entrevistados tiveram implicações diretas nas estratégias de estimação e interpretação dos resultados desta pesquisa, encontrando dispersas por todos os produtos. Portanto, procurou-se aqui apresentar apenas uma síntese dos

principais pontos levantados pelos entrevistados.

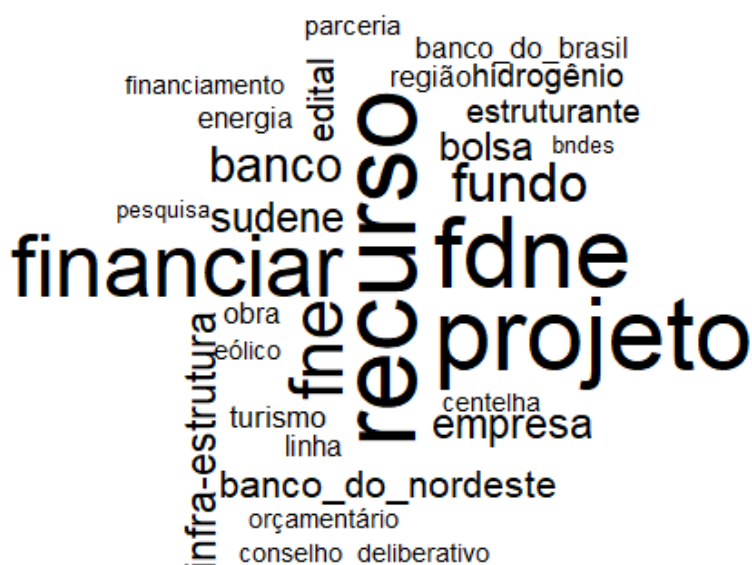
Na análise qualitativa, foram utilizadas nuvens de palavras para evidenciar os termos mais recorrentes nas falas, além de grafos de similitude, que revelam as relações entre essas palavras dentro do contexto analisado, com base na transcrição das entrevistas realizada por meio do software IRAMUTEQ.

Figura 1 - Árvore de palavras



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 2 - Árvore de palavras



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em entrevista com um Técnico do Banco do Nordeste questionou-se sobre o funcionamento, os desafios e as potencialidades do FDNE e seu relacionamento com outros mecanismos de financiamento, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e parceiros como o Banco do Brasil. Por meio da nuvem de palavras e o grafo de similitude, destaca-se a centralidade de termos como “projeto”, “recurso”, “financiar” e “fdne”, que são os pilares da conversa. A fala do técnico entrevistado deixa evidente que o FDNE possui um papel essencial no financiamento de projetos estruturantes, sobretudo na área de infraestrutura, como energia, saneamento e transporte. O FDNE não financia diretamente o setor de comércio e serviços, como o “turismo tradicional”, mas impactam o segmento por meio do apoio ao “turismo estruturante” — classificada como prioridade pelo Conselho Deliberativo da Sudene — e a logística do turismo.

Os projetos apoiados são de alto custo e estratégicos para o desenvolvimento regional. Uma questão de destaque é o critério de um valor mínimo, em geral, de 30 milhões de reais para financiamento, o que naturalmente restringe o acesso aos recursos a grandes empresas e projetos de grande escala. No entanto, projetos de hidrogênio verde, por exemplo, enfrentam

obstáculos técnicos e logísticos, como a falta de infraestrutura para transporte, o que demonstra como o financiamento precisa estar aliado a políticas públicas que tange a área de infraestrutura.

A estrutura orçamentária do FDNE, porém, aparece como um gargalo importante: por ser um fundo orçamentário, sua execução está sujeita à disponibilidade orçamentária e a contingenciamentos impostos pelo governo federal. Isso o torna menos previsível e confiável em comparação ao FNE, que é um fundo não orçamentário e, portanto, possui mais estabilidade no fluxo de recursos. Outro ponto importante é a complementaridade entre os fundos. Empresas de grande porte que acessam o FDNE frequentemente também fazem uso do FNE, de debêntures incentivadas e até de linhas de crédito internacionais.

Essa combinação de instrumentos pode sugerir que o FDNE entra como uma peça estratégica, porém dependente de articulação com outras fontes para sua execução eficaz. A equipe de pesquisa realizou a análise do impacto dos instrumentos da PNDR sobre a economia dos municípios nordestinos e verificou que tanto o FNE quanto o FDNE têm efeitos positivos sobre o produto per capita dos municípios, sendo esse efeito advindo especialmente do setor de serviços¹.

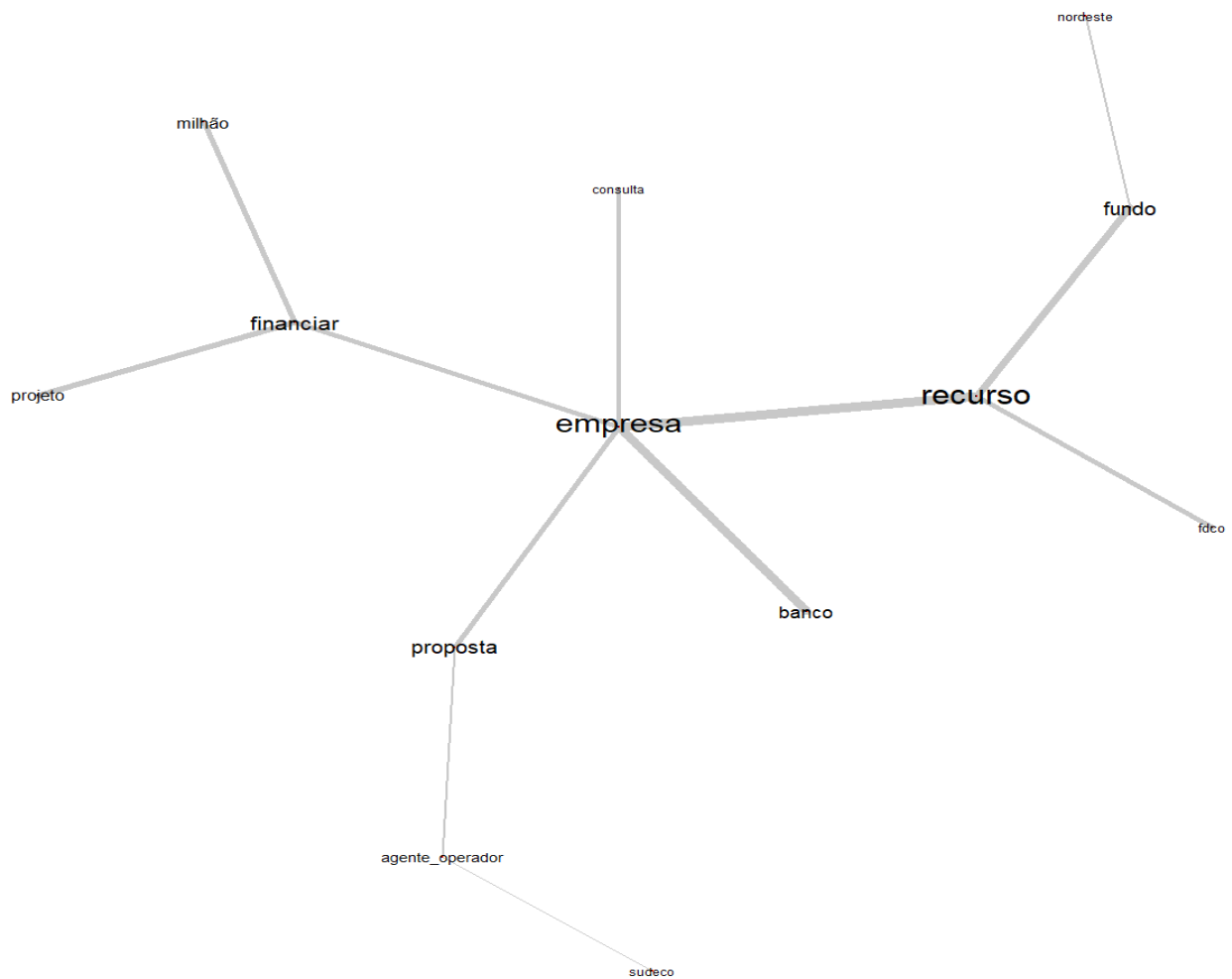
Um ponto relevante tratado na conversa é o papel de bancos operadores, cuja função é a intermediação dos recursos do FDNE junto aos empreendedores, como o Banco do Brasil, que, segundo o entrevistado, foi o mais ativo em captar e distribuir recursos do FDNE. Ele destaca que o banco oferecia o fundo como forma de reduzir o custo de capital de seus clientes já consolidados.

A entrevista também destaca o uso ainda incipiente, mas com potencial significativo, dos recursos do FDNE para apoio à ciência, tecnologia e inovação. Embora a legislação reserve 1,5% dos recursos para essa finalidade, a Sudene passou quase duas décadas sem utilizá-los. Somente recentemente foram lançados editais, como o programa Centelha, em parceria com a Finep e fundações estaduais, voltados ao fomento de startups e projetos de inovação. O

¹ Para mais detalhes, ver [aqui](#).

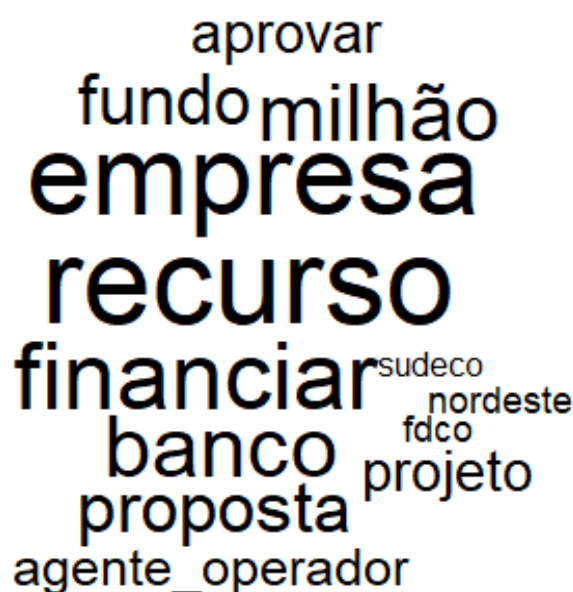
interesse do Técnico em expandir essa frente, inclusive para apoiar teses e dissertações, por meio de bolsas ou ajuda de custo, mostra um caminho para ampliar o uso aos recursos do fundo e fortalecer a base de conhecimento e inovação na região.

Figura 3 - Árvore de palavras



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 4 - Árvore de palavras



Fonte: Elaborado pelos autores.

A entrevista com servidores da Sudeco sobre o FDCO, lida à luz da nuvem de palavras e do grafo de similitude, revela um núcleo vocabular dominado por “empresa”, “recurso”, “financiar”, “fundo”, “banco” e “proposta”. Esses termos, maiores e mais centrais na nuvem, correspondem aos vértices destacados no grafo: a palavra “empresa” concentra as ligações mais espessas, alcançando “recurso”, “banco”, “financiar” e “proposta”. Esse arranjo expressa que a conversa girou em torno de como uma empresa capta recursos do fundo, quais agentes financeiros participam e que etapas formam a proposta até a liberação do dinheiro.

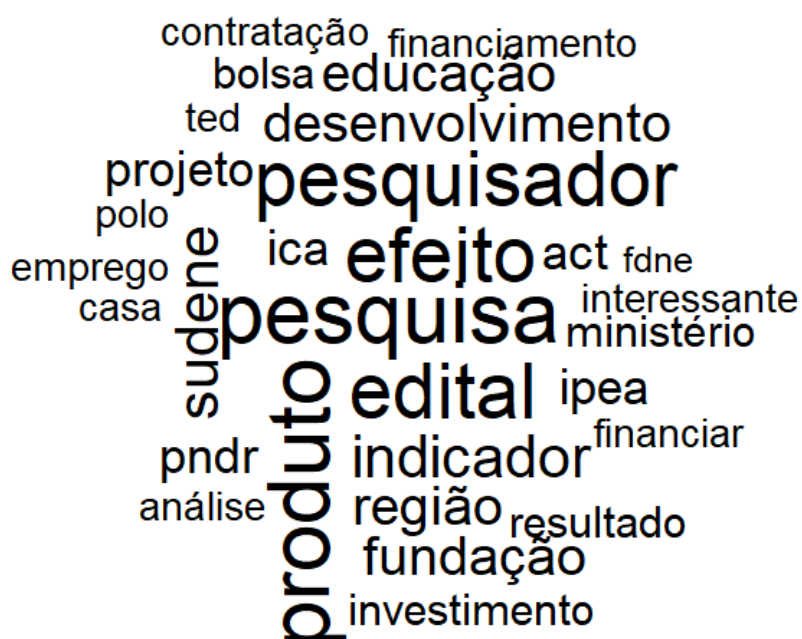
Dentro desse contexto, surgiram referências que ajudam a entender o funcionamento da Sudene e do FDNE. O grupo relatou que, quando o FDNE foi operado pelo Banco do Brasil, o banco chegou a manter a maior carteira de projetos aprovados, inclusive financiando o polo automotivo da Stellantis em Goiana; entretanto, a cadeia de fornecedores local acabou ficando de fora do apoio do fundo. Também se comentou que, apesar do boom hoteleiro no Nordeste, o FDNE historicamente não atendia esse segmento, mas que isso está

começando a mudar, como o empreendimento de Cabo Branco, na Paraíba, por exemplo.

Várias práticas da Sudeco aparecem como potenciais pontos de melhoria para a Sudene. O uso de um sistema eletrônico no Gov BR para a “consulta prévia”, onde a própria empresa submete dados e documentos, reduzindo burocracia e dando transparência ao status de cada proposta. Um protocolo claro de contrapartida mínima como um aporte de ao menos 20% de recursos próprios do proponente, pode fortalecer o comprometimento e reduzir o risco do fundo. O limite de R\$50 milhões por empresa ou grupo econômico, adotado em 2023, pode distribuir melhor os recursos quando o orçamento é escasso. A exigência de que o banco operador assume 100% do risco de crédito, com conta vinculada separando o aporte do fundo e o recurso próprio da empresa, cria incentivos para uma análise rigorosa e monitoramento contínuo.

Do ponto de vista estratégico, a Sudeco também mostra flexibilidade: se uma atividade econômica relevante ainda não aparece nas diretrizes, ela pode ser incluída a pedido, desde que compatível com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e aprovada pelo Conselho Deliberativo. Além disso, embora a Sudeco disponha de orçamento relativamente pequeno, ela conseguiu diversificar o portfólio a partir de 2024, reduzindo a concentração em energia solar.

Figura 6 - Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pelos autores.

A conversa registrada com agentes do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, reforçada pela nuvem de palavras e pelo grafo de similitude, trata de como pesquisadores vêm avaliando o papel da Sudene e do FDNE. As maiores palavras da nuvem (“pesquisa”, “pesquisador”, “efeito”, “produto”, “edital” e “indicador”) se conectam no grafo a termos como “educação”, “região” e “financiamento”, mostrando que a discussão combinou prática de pesquisa aplicada e debate sobre instrumentos de desenvolvimento.

Para contextualizar a conversa, as análises e estudos de caso de empreendimentos financiados com recursos do FDNE, entre eles o setor eólico², o polo automotivo de Goiana em Pernambuco³ e a parceria público-privada de saneamento do Recife⁴ foram indicados. A equipe também realizou uma análise dos impactos do financiamento empresarial via FDNE sobre indicadores socioeconômicos municipais⁵ e encontrou evidências de impactos positivos

² Para mais detalhes, ver [aqui](#).

³ Para mais detalhes ver [aqui](#).

⁴ Para mais detalhes, ver [aqui](#).

⁵ Para mais detalhes, ver [aqui](#).

sobre indicadores de atividade econômica, mercado de trabalho e educação nos municípios beneficiados. Ademais, a equipe verificou padrões espaciais e o impacto dos instrumentos da PNDR no desenvolvimento municipal, utilizando um Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) que combina educação, saúde e renda, observando que o FDNE impactou o componente renda⁶.

O estudo de caso de saneamento mostrou queda na mortalidade por doenças associadas à falta de esgoto, reforçando que o FDNE pode produzir efeitos sociais além do crescimento econômico. A equipe também calculou a razão custo-benefício para PIB e renda média, e custo-efetividade para o IDEB, ilustrando como indicadores educacionais entram no debate graças às linhas de crédito para educação.

No início os participantes observam que, embora Sudene e Sudeco persigam o mesmo objetivo de desenvolvimento regional, ambas seguem caminhos distintos. Da comparação com a Sudeco emergem pontos de melhoria: adotar plataforma eletrônica de consulta prévia que simplifica o processo para o proponente e dá transparência, exigir contrapartida mínima, prática que, segundo o grupo, diminui o risco moral, assim como já levantado na conversa com a equipe da Sudeco, ajudaria a disciplinar projetos e estabelecer editais periódicos para pesquisa aplicada, ao em vez de depender de TEDs pontuais, atrairia mais bolsistas e geraria “produtos” acadêmicos padronizados, aproveitando o mecanismo de contratação via ICA ou ACT discutido na reunião.

Também foi sugerido diversificar formas de apoio, ampliando uso de parcerias público-privada e outras modalidades que o próprio regulamento do fundo já permite, mas que raramente são acionadas.

Os entrevistados apontam como crítica que o FDNE ainda esteja focado em financiamento produtivo tradicional, os bancos têm como foco o retorno financeiro e pedem, sobretudo, geração de emprego, deixando de lado objetivos mais amplos da PNDR, como saúde e igualdade. Também lembram que, durante anos, o fundo não financiou o setor hoteleiro, elemento chave para o turismo

⁶ Ver [aqui](#).

nordestino, embora isso esteja começando a mudar com projetos como o de Cabo Branco, na Paraíba.

4 Considerações Finais

O presente relatório sistematiza os principais achados da Meta 3, cuja finalidade foi aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e levantar elementos que subsidiem avaliações robustas de seus impactos sobre o desenvolvimento regional. A partir de um roteiro estruturado de perguntas, foram conduzidas entrevistas com representantes da Sudene, do Banco do Nordeste, da Sudeco e do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), além da análise qualitativa dessas falas com uso do IRAMUTEQ.

Os resultados revelam avanços importantes na operacionalização do FDNE, como a crescente ênfase em setores estratégicos — energia, infraestrutura e, mais recentemente, ciência, tecnologia e inovação — e o esforço em integrar os recursos do fundo com outras fontes de financiamento. Entretanto, persistem desafios significativos, como a baixa previsibilidade orçamentária, o histórico subaproveitamento de recursos voltados à inovação e a concentração dos financiamentos em empreendimentos de grande porte.

Comparações com a atuação da Sudeco trouxeram contribuições valiosas para o aprimoramento da gestão do fundo, sugerindo a adoção de boas práticas como o uso de plataformas eletrônicas para submissão de projetos, critérios claros de contrapartida mínima, limites por grupo econômico e diversificação do portfólio. As análises de impacto conduzidas pela equipe demonstram efeitos positivos do FDNE sobre indicadores econômicos e sociais nos municípios contemplados, embora se observe ainda a necessidade de maior alinhamento entre os objetivos do fundo e os princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), especialmente no que se refere à redução das desigualdades e à promoção de setores como educação, saúde e turismo.

O aprofundamento das entrevistas, somado à análise documental e estatística, reforça a importância de aprimorar os mecanismos de transparência,

avaliação e governança do FDNE, ampliando sua capacidade de induzir transformações estruturais no território nordestino. O presente relatório, ao consolidar informações técnicas, institucionais e empíricas, representa um passo decisivo nesse processo e servirá de base para o desenvolvimento de modelos avaliativos consistentes nas próximas etapas do projeto.

